

1 **CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS TRANSFRONTEIRIÇOS**
2 **DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**
3 **ATA DA 31ª REUNIÃO**
4

5 **Local:** Sala das Bandeiras, térreo do anexo 1 do Ministério das Relações Exteriores, Esplanada dos
6 Ministérios, Bloco H, Brasília/DF.

7 **Data:** 21 de Setembro de 2005, das 10h às 16h45h.
8

9 **PARTICIPANTES:**
10

- 11 ■ Ministério da Ciência e Tecnologia: Ausência
- 12 ■ Ministério das Relações Exteriores: Bernardo Paranhos Velloso (bernardo@mre.gov.br);
- 13 ■ Ministério do Meio Ambiente/SRH: Celina Xavier de Mendonça
14 (celina.mendonca@mma.gov.br);
- 15 ■ Ministério do Meio Ambiente/ANA: Jorge Thierry Calasans (thierry@ana.gov.br);
- 16 ■ Ministério das Cidades: Norma Lúcia de Carvalho (norma.carvalho@cidades.gov.br);
- 17 ■ Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugo.suarez@mj.gov.br);
- 18 ■ Ministério da Defesa: Antônio Joaquim G. Moreira (email1@brturbo.com);
- 19 ■ Ministério das Minas e Energia: Luciano Costa de Carvalho (luciano.carvalho@mme.gov.br);
- 20 ■ Ministério do Turismo: Mariana Leite Xavier (mariana.xavier@turismo.gov.br);
- 21 ■ Ministério dos Transportes: Ausência
- 22 ■ Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Ausência
- 23 ■ Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Mauri César
24 Barbosa Pereira (mauri.pereira@terra.com.br);
- 25 ■ Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Ausência
- 26 ■ Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: José Vicente Miranda Regina
27 (jvicente@tractebelenergia.com.br);
- 28 ■ Organizações Não-Governamentais: Wilson de Azevedo Filho (wil.filho@terra.com.br);
- 29 ■ Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Joel A. Goldenfun (joel@iph.ufrs.br);
30

31 **CONVIDADOS:**
32

- 33 ■ Ministério das Relações Exteriores: André Misi (misi@mre.gov.br);
- 34 ■ Ministério das Relações Exteriores: Maria Cristina de Castro Martins
- 35 ■ Furnas Centrais Elétricas S.A: Olga K. B. Calhman (calhman@furnas.com.br);
- 36 ■ Ministério do Meio Ambiente: Cláudia Della Piazza Grossi (claudia.grossi@mma.gov.br);
- 37 ■ Administração da Hidrovia do Paraguai-AHIPAR: Paulo César C. Gomes da Silva
38 (paulo@ahipar.gov.br).
39

40 **RELATORA:**

41 Ana Maria Alves (ana-maria.alves@mma.gov.br);
42

43 A reunião se iniciou às 10h30, aberta pelo presidente Bernardo Paranhos Velloso, que deu boas
44 vindas aos presentes, enfatizando o prazer de receber novamente a CTGRHT nas dependências do
45 Itamaraty. Após a apresentação dos presentes, passou-se ao **Item 2 – Aprovação da Ata: 30ª**
46 **Reunião da CTGRHT**, a qual foi aprovada com alterações. Passou-se ao **Item 3 – Informes Gerais**
47 O presidente da CTGRHT, em atendimento à solicitação feita por meio eletrônico pelo
48 representante Antônio Soler realizou a leitura do Ofício CEA nº 48 de 20 de setembro de 2005, na
49 qual justifica sua ausência (anexo 1). Em prosseguimento, o Sr. Hugo Suarez anunciou que os
50 trabalhos da Câmara Técnica de Assuntos Internacionais do CONAMA devem ser retomados em
51 breve, com uma reunião prevista, inicialmente, para o começo de outubro. Informou que a
52 presidência está sendo exercida pelo Ministério da Justiça, que tem interesse em integrar os
53 trabalhos desta Câmara Técnica com os trabalhos da CTGRHT. O presidente agradeceu o informe e
54 enfatizou que um dos pontos discutidos na reunião de presidentes das CTs do CNRH foi a

importância da integração entre os órgãos colegiados do governo. O Sr. Wilson de Azevedo Filho solicitou informações a respeito do Acordo do rio Apa, que foram prestadas pela Secretária Maria Cristina de Castro Martins, que informou que após os relatos realizados na reunião passada, já houve uma nova versão do texto discutida entre os Ministérios do Meio Ambiente e das Relações Exteriores e que o texto já passou pela Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores, estando pronto a ser reapresentado à parte paraguaia. O Sr. Wilson de Azevedo Filho perguntou se o texto estava disponível para consulta e o presidente informou que a divisão que está cuidando desse assunto é a Divisão de América Meridional I - DAM I, mas que, por tratar-se de um texto ainda em negociação, a ser apresentado à parte paraguaia, seria mais conveniente aguardar para conhecer o texto com a forma definitiva, como deve ser assinado. O Sr. Mauri César Barbosa Pereira informou à respeito do incidente ocorrido no Apa divulgado por Jornal Local (anexo 2) e perguntou se existia possibilidade do Acordo ser assinado ainda esse ano. A Secretária Maria Cristina de Castro Martins informou que existe essa possibilidade, mas que depende, entre outras coisas, do tempo de resposta do Paraguai ao texto do Acordo. A respeito do informe trazido sobre o uso da água no Apa, o Sr. Jorge Thierry Calasans informou que nenhuma outorga foi solicitada à ANA ou concedida por ela neste rio, caracterizando um uso ilegal da água. Enfatizou ainda a importância de se encaminhar uma denúncia para a área de fiscalização da agência para que providências possam ser tomadas. Ainda a respeito da possibilidade de acesso ao Acordo, o Sr. Wilson de Azevedo Filho expôs sua preocupação acerca de serem feitas modificações no Acordo que acabem por desviá-lo de seus objetivos específicos e que ele acabe não indo de encontro aos anseios da população local. A Sra. Celina Xavier de Mendonça ressaltou que acredita que os ajustes que têm sido feitos são de natureza jurídica e que as discussões não têm, de modo algum, desconsiderado as contribuições realizadas no âmbito da Câmara Técnica. Respondendo, ainda, acerca da possibilidade de acesso imediato ao documento, o presidente acrescentou que o processo intergovernamental que está em curso tem seus ritos e normas próprias e que, no momento em que o governo brasileiro está engajado em um diálogo diplomático com o Paraguai, é uma prerrogativa do Itamaraty avaliar, tendo em vista o andamento das negociações, o momento mais apropriado de torná-lo público. O presidente concluiu reafirmando o importante papel da CTGRHT ao apresentar a proposta de Acordo, ao qual o Itamaraty e o MMA vêm atribuindo alta prioridade e reforçou que o aspecto mais positivo do documento é justamente o fato de ter nascido em atendimento às ansiedades locais. O Sr. Joel A. Goldenfum informou a respeito do desenvolvimento de um estudo conjunto por meio da OMN - Organização Meteorológica Mundial. Informou que representando o lado uruguaio está a Direção Nacional de Hidrografia - DNH e, pelo lado brasileiro, o Instituto de Pesquisas Hidráulicas - IPH/UFRGS. Acrescentou que o estudo está em fase de elaboração do informe final da primeira etapa e que, até o final do ano, se construirá uma proposta de segunda etapa, quando será realizado um Seminário Local, provavelmente em fins de outubro, envolvendo as comunidades do Quaraí e Artigas, e finalizou indicando que esse resultado final poderia ser objeto de transferência para a CTGRHT, que durante longo tempo teve a bacia do rio Quaraí como um dos seus objetos de trabalho. O Sr. Antônio Joaquim G. Moreira anunciou que o Ministério da Defesa, como um dos representantes do governo federal nas Comissões Executivas Regionais - CER's ainda possuía algumas vagas para o governo federal nos Seminários Regionais das regiões hidrográficas com recursos hídricos transfronteiriços, quais sejam: Bacia Amazônica, Atlântico Sul, Bacia do Paraguai, Bacia do Uruguai e Bacia do Paraná; e finalizou informando que, caso algum órgão do governo federal tivesse interesse em preencher essas vagas, deveria entrar em contato o mais rápido possível para acertar essa participação, já que esses seminários estão previstos para acontecer em fins de setembro, começo de outubro e o prazo para a manifestação de interesse seria estendido para os próximos dois dias. A CTGRHT foi consultada a respeito de uma inversão de pauta, que adiantaria a apresentação do item 5. Com o consentimento dos presentes, passou-se ao **Item 5** – *Apresentação da proposta para a Oficina de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços* – Grupo de Trabalho de Cordenação e Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos - GTCE, com a apresentação do Sr. Roberto Coimbra, que iniciou sua fala contextualizando o papel da Oficina de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços no âmbito da construção do Plano

Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. Roberto Coimbra informou que o Plano foi concebido para ser composto por cinco volumes, sendo eles: 1. Panorama Nacional dos Recursos Hídricos no Brasil; 2. O Estado dos Recursos Hídricos no Brasil; 3. Águas para o Futuro; uma visão para 2020; 4. Metas e Diretrizes; e 5. Programas do Plano Nacional. Explicou que para serem elaborados esses cinco volumes, a Secretaria de Recursos Hídricos procedeu a um amplo processo de participação social. Entre as atividades que garantiram essa participação social estão as oficinas temáticas, dentre elas, a Oficina de Gestão Transfronteiriça, que será a penúltima Oficina a ser realizada antes do encerramento do Plano, previsto para o dia 20 de Dezembro desse ano, quando passará pela deliberação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Informou que os dois primeiros volumes já estão com 90% de seu conteúdo concluído; que o terceiro volume está em processo de elaboração e que o quarto e o quinto volumes já estão sendo itemizados. Acrescentou ainda, que as contribuições proporcionadas pelas oficinas serão incorporadas nesses dois últimos volumes. Foi feita a leitura da Minuta de Oficina de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços e o PNRH (anexo 3). Enfatizou que esse documento é o desdobramento da proposta anteriormente elaborada pela CTGRHT, já incorporadas ao documento as contribuições da CTPNRH e do Ministério das Relações Exteriores. Após a conclusão da leitura foi aberta a palavra às perguntas e contribuições. O Sr. Mauri César Barbosa Pereira lembrou o processo de discussão da Oficina no âmbito da CTGRHT e demonstrou contentamento na manutenção da maioria dos aspectos importantes do programa original, mas ressaltou que sentiu a ausência, dentre os convidados, da Rede Brasil de Organismos de Bacia Hidrográfica - REBOB; enfatizou ainda a importância da representação dessa instância, já que não há nenhum comitê, propriamente dito, em área de fronteira, mas há um consórcio atuando: o CIDEMA. O representante sugeriu, ainda, acrescentar entre as experiências o caso do rio Apa, ressaltando que será o primeiro acordo internacional a ser instituído após a vigência da Lei nº 9.433/97; o caso da Bacia do Alto Paraguai; e o caso da bacia do rio Pepiriguaçu, que está sendo impactada pela suinocultura. O Sr. Wilson de Azevedo Filho sugeriu que fosse incluído, entre as experiências a serem discutidas, o caso da Bacia da Lagoa Mirim, ressaltando que essa bacia foi, inclusive objeto de uma Moção do CNRH recomendando um projeto piloto de gestão de seus recursos naturais. A Sra. Cláudia Grossi sugeriu a inclusão entre os Tratados e Acordos, do Acordo Quadro sobre Meio Ambiente do Mercosul, que, como enfatizou, prevê ações de gestão na área de recursos hídricos, inclusive acrescentou que já está em discussão um protocolo sobre recursos hídricos. Colocou seu apoio em relação à inclusão do tema da bacia do Alto Paraguai, ressaltando que estão ocorrendo conflitos na área que devem ser considerados e também a inclusão da experiência da Iniciativa Madre de Dios-PE, Acre-BR e Pando-BO-MAP. Sugeriu, ainda, que fosse considerado com mais ênfase no item 3, a questão das assimetrias legislativa entre os países fronteiriços. A Secretária Maria Cristina de Castro Martins sugeriu, dentre os Acordos, a inclusão do Acordo da Hidrovia Paraná-Paraguai. A Sra. Celina Xavier de Mendonça sugeriu que fosse incluída, entre as experiências que serão discutidas, o caso dos trabalhos desenvolvidos pelos Comitês de Fronteira. O Sr. Hugo Suarez perguntou como estava a discussão em torno do Aquífero Guaraní e como se daria a inserção desse caso no âmbito da discussão do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Houve um consenso na CTGRHT da necessidade de discutir a experiência do Projeto Aquífero Guaraní nas discussões da Oficina, deixando em aberto qual seria a melhor forma de fazê-lo. No que diz respeito à questão das assimetrias legislativas, o Sr. André Misi lembrou da proposta de uma estratégia comum para a gestão dos recursos hídricos para a América do Sul e Caribe elaborada pelo Brasil e que será apresentada por ocasião da Reunião de Ministros do Meio Ambiente, a ser realizada em Caracas-Venezuela, em novembro próximo. Foi acordado que todas as contribuições seriam analisadas e que haveria um esforço no sentido de tentar contemplar, na medida do possível, as novas sugestões. Não havendo mais intervenções, passou-se ao **Item 4 – Apresentação da demanda de resolução para a outorga de uso de recursos hídricos em lagos, reservatórios e rios fronteiriços e transfronteiriços** - com a apresentação do senhor Jorge Thierry Calasans da Agência Nacional de Águas - ANA (anexo 4). O Sr. Jorge Thierry Calasans iniciou sua fala ressaltando que não há nenhum dispositivo legal que trate da questão específica da outorga em corpos d'água fronteiriços/transfronteiriços, mas que,

no entanto, há dois pedidos de outorga tramitando na ANA. Distribuiu alguns documentos que atestam essa demanda e contextualizam a problemática: Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Iguaçu, em 1974; Tratado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Argentina para o aproveitamento dos recursos hídricos compartilhados nos trechos limítrofes do rio Uruguai e de seu afluente o rio Pepiri-Guaçu; Memorando 1/TE-FI/006 de 27 de junho de 2002, da Itaipu Binacional; Resolução n.º 135, de 1º julho de 2002; Resolução N.º 707, de 21 de dezembro de 2004; Parecer N.º 001/2005/SOC-ANA, e Nota Técnica 006/2005 da Agência Nacional de Águas. O palestrante comentou algumas especificidades dos pedidos de outorga que estão sendo analisados na Agência e expôs as contribuições da ANA para uma proposta de resolução para o caso em questão, quais sejam: na ausência de norma convencional específica, elencar as regras gerais aplicáveis, de acordo com o Direito Internacional; reafirmar a necessidade do respeito às regras específicas (Lago de Itaipu e rio Uruguai, por exemplo); no caso de conclusão de novo acordo/convenção, determinar a necessidade de adequação das outorgas existentes às regras estabelecidas e somou a esses critérios gerais uma regra, que seria aplicada na falta de uma determinação expressa, específica para o caso dos rios, determinando a vazão outorgável como 70% da Q 95% multiplicada por um fator que represente a proporção da área de drenagem da bacia em território brasileiro no ponto de aproveitamento. Terminada a apresentação foi aberta uma sessão de debates. A Sra. Celina Xavier de Mendonça pediu a palavra para fazer três perguntas dirigidas ao MRE. Perguntou, primeiramente, qual seria o mecanismo necessário para negociar a vazão outorgável proposta com os países limítrofes e se os Tratados existentes em recursos hídricos permitiam aditivos que pudessem abrigar um critério negociado sobre vazão outorgável; em sequência perguntou se haveria legitimidade em adotar os princípios expostos na Convenção de Nova Iorque, tendo em vista que o Brasil não assinou esse documento; e, por fim, se no caso de Itaipu caberia a construção de uma Convenção de condomínio entre o Brasil e o Paraguai para tratar especificamente do Lago de Itaipu. O Presidente enfatizou que no que diz respeito ao Direito dos Tratados seria necessário consultar a área jurídica do Itamaraty, para saber da possibilidade de aditamento aos acordos já existentes e no que diz respeito à Convenção de Nova Iorque solicitou que o Sr. André Misi tecesse comentários a respeito. O Sr. André Misi iniciou sugerindo que, embora fosse conveniente negociar a regra de vazão outorgável do trecho brasileiro com os países limítrofes, este é um procedimento, que à primeira vista, não lhe parecia obrigatório; e considerou inconveniente a recorrência à Convenção de Nova Iorque como base jurídica e acrescentou que, ainda que alguns representantes da Doutrina apontem que ela apenas consolida princípios que já são adotados pelos países, o fato dela não ter entrado em vigor, demonstra que é melhor se respaldar em outra fonte ou fazer referência a esses princípios sem fazer referência à Convenção de Nova Iorque. O Sr. Jorge Thierry Calasans iniciou sua fala enfatizando que a fonte não é a convenção, mas os princípios do Direito Internacional que ela codifica e que são reconhecidos e chamou atenção para a sentença proferida pela Corte Internacional de Justiça da ONU CIJ, no caso de Gabčíkovo-Nagymaros entre a Hungria e a Eslováquia, na qual a CIJ coloca claramente em sua sentença que a Convenção codifica princípios de Direito Internacional independentemente dos Estados terem ratificado a referida convenção e acrescentou, ainda, que o fato de a Convenção ainda não ter entrado em vigor não significa que será descartada e exemplificou com o caso da Convenção de Montego Bay, que levou dez anos para entrar em vigor. Concluiu, sugerindo que esses princípios fossem buscados em outras fontes, como nos documentos em que o Brasil é signatário. O Sr. Wilson de Azevedo Filho chamou a atenção para o fato de que a própria Lei N 9433 de 1997 foi construída a partir de princípios internacionais, enfatizando que seria coerente se utilizar dos princípios internacionais codificados na Convenção de Nova Iorque como fonte. A respeito do caso de Itaipu, afirmou que, na sua opinião, o acordo teria precedência, valendo o que está no acordo; a respeito de percentual de vazão escolhido como critério para outorga, o Sr. Wilson de Azevedo Filho considerou muito generalista, tendo em vista a multiplicidade de situações caracterizando esses rios transfronteiriços; no que diz respeito aos

aditivos em acordos, acrescentou que os próprios documentos costumam informar que podem ser alterados por meio de trocas de notas; sobre as três sugestões apresentadas para serem incluídas numa possível Resolução do CNRH sobre outorga em corpos d'água transfronteiriços, ressaltou que são básicas e devem ser contempladas pela Resolução; e finalizou sua fala defendendo que, no caso desses rios, excluindo-se os usos insignificantes, todos os outros deveriam ser negociados entre as partes, mesmo no caso da outorga ser concedida em trecho dentro do Brasil, porque iria gerar reflexos no trecho fora do país. O Sr. Mauri César Barbosa Pereira achou interessante esse princípio de 70% da vazão de permanência da Q 95% em sub-bacias de rios, mas que, no entanto, em cursos principais dessas bacias pode haver um problema futuro. É importante prevermos que, no momento de se realizar um novo acordo, o outro país pode adotar a mesma regra, prejudicando a vazão ecológica. Finalizou apresentando, como uma possível solução, diferenciar os afluentes do curso principal. O Sr. Jorge Thierry Calasans esclareceu que o percentual proposto é uma primeira aproximação colocada para o debate e acrescentou que, a respeito de Itaipu, a clareza sobre o órgão outorgante não é tanta quanto parece e apontou que embora também lhe pareça que a gestão do lago seja de competência da Itaipu Binacional, quem estava concedendo as outorgas era o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, com anuência da Itaipu Binacional e recentemente tem chegado à ANA solicitações de revalidação das outorgas concedidas pelo DNAEE. Enfatizou que a Empresa não havia se pronunciado à respeito das outorgas concedidas pelo DNAEE, mas agora se pronuncia a respeito da possibilidade da ANA conceder essas outorgas. Finalizou remetendo ao parecer do MRE que afirma que a Lei N.º 9.433/97 não se aplica ao lago e, ressaltou ainda que a ANA não teria competência para negociar a outorga com os outros Estados - Nacionais, tarefa relativa ao MRE, mas que poderia trabalhar do lado brasileiro, formulando regras válidas para o Brasil. O Sr. José Vicente Miranda Regina lembrou que a Itaipu Binacional tem uma forte ligação com a ANEEL, já que essa Agência herdou uma série de atribuições do DNAEE e que possivelmente tenha algum posicionamento sobre as questões da outorga. Finalizou sugerindo que essa Agência seja consultada a esse respeito e ressaltou sua preocupação com as falas da Sra. Celina Xavier de Mendonça e do Sr. Wilson de Azevedo Filho que apontam para a necessidade do estabelecimento da consulta prévia. A Sra. Celina Xavier de Mendonça esclareceu que não fez referência alguma à consulta prévia, mas sim a um acordo que possa ser aplicada a um rio de fronteira e que, do ponto de vista da política que se está tentando construir com os países limítrofes a partir da Constituição de 1988, torna-se politicamente inconveniente não se prever regras conjuntas em casos como esse e fez referência à fala do Sr. Mauri César Barbosa Pereira, a partir da qual segundo esse princípio qualquer um dos outros países também poderia criar regras próprias e unilaterais à respeito do uso dos recursos hídricos de rios transfronteiriços. A Sra. Cláudia Grossi afirmou que o MERCOSUL seria um Fórum interessante para realizar essa discussão e que o Protocolo de Águas, que tem sido um documento muito questionado, foi demanda da reunião de Ministros de Meio Ambiente do Mercosul. Acrescentou, ainda, que a questão da outorga poderia ser levado ao SGT 6 na reunião de novembro, além de retomar a idéia de realizar um evento sobre água no Ministério do Meio Ambiente. O Sr. Hugo Suarez solicitou um esclarecimento a respeito do encaminhamento que seria dado à questão. O presidente considerou o tema bastante complexo e ao mesmo tempo ressaltou o caráter de urgência da discussão. Tendo esses aspectos em vista, solicitou que o assunto fosse mantido na pauta e que os órgãos realizassem as consultas internas para um posicionamento mais consistente na próxima reunião da CTGRHT. Resgatou, ainda, que, quando houvesse uma clareza maior da parte da CTGRHT a respeito do tema seria necessário realizar um esforço conjunto com a CTPOAR. O Sr. Wilson de Azevedo Filho solicitou o conhecimento do Protocolo citado pela Cláudia na próxima reunião da CTGRHT. A Sra. Cláudia achou uma boa idéia, mas ponderou que seria importante que o documento tivesse um posicionamento da reunião de ministros. O Sr. Wilson de Azevedo Filho chamou a atenção para o fato de que o MERCOSUL é um acordo de âmbito econômico e que ao analisar a questão da água, provavelmente dará um viés econômico à sua análise. Ficou aberta a possibilidade da discussão do protocolo numa próxima reunião, de acordo com o momento mais adequado. O item de pauta foi encerrado prevalecendo o encaminhamento de amadurecer a discussão a partir de consultas com os órgãos de origem para que

o assunto retorne como item de pauta da próxima reunião. O presidente avisou à CTGRHT da sua impossibilidade de conduzir os trabalhos na parte da tarde e solicitou que o grupo indicasse um membro para substituí-lo. Com a indicação e a aceitação do nome da Sra. Celina Xavier de Mendonça para dar continuidade aos trabalhos a parte da manhã foi encerrada. Os trabalhos foram iniciados às 14h30 com a discussão do **Item 6 – Discussão da Proposta de Resolução modificando o inciso III do Artigo 2º da Resolução CNRH N.º 10 de 21 de junho de 2000**. Inicialmente foi realizada a leitura da minuta pela Sra. Celina Xavier de Mendonça que, ao terminar a leitura, abriu uma rodada de discussão. O Sr. Jorge Thierry Calasans sugeriu que se incluísse o termo fronteiro ao lado de transfronteiro na resolução. O Sr. Wilson de Azevedo Filho se colocou favorável ao mérito da resolução, mas considerou que a forma estava necessitando de aprimoramentos. O Sr. Hugo Suarez sugeriu que na redação da resolução fosse indicada a localização do inciso a ser alterado e fosse realizada a reescrita do inciso inteiro com as alterações propostas; sugeriu, ainda, que se alterasse o termo bacia de rios fronteiros e transfronteiros por bacias abrangendo rios fronteiros e transfronteiros. O Sr. Jorge Thierry Calasans assinalou que o termo originalmente proposto na resolução é o termo que aparece na Lei N.º 9.433/1997 no Art. 39, parágrafo segundo. A Sra. Celina Xavier de Mendonça esclareceu que, do ponto conceitual, o termo bacia hidrográfica, que é a bacia de drenagem de um rio, se refere a território e como conceitualmente também não existe território fronteiro ou transfronteiro, mas sim corpo d'água fronteiro/transfronteiro, a motivação da minuta de resolução é realizar essa correção. O Sr. Mauri César Barbosa Pereira chamou a atenção para o fato de que em outros países esse termo tem sido utilizado. Remeteu ao documento assinado pelo Brasil, em Lima, no encontro de bacias transfronteiras, no qual o termo utilizado foi bacias transfronteiras. O Sr. André Misi considerou que o termo proposto pela nova resolução teria mais rigor conceitual, porém, manifestou preocupação de que os novos termos propostos na reunião restringissem as competências da CTGRHT. Tendo isso em vista, sugeriu a utilização do termo proposto na minuta de resolução. A Sra. Cláudia Grossi sugeriu uma nova proposta de redação unindo os incisos I e III, do modo que segue: propor mecanismos de intercâmbio técnicos, legais e institucionais entre os países, assim como propor diretrizes nas questões relacionadas à gestão de recursos hídricos transfronteiros. O Sr. Hugo Suarez pontuou que a redação sugerida excluiria o termo bacia, que é importante do ponto de vista da política brasileira para recursos hídricos. O Sr. Mauri César Barbosa Pereira também se posicionou contrariamente a um texto final que excluísse o termo bacia. O Sr. Joel Alvruch se posicionou contrariamente à exclusão do termo bacia e considerou que, tecnicamente, é indiferente a permuta do termo bacia transfronteira por bacia de rio transfronteiro, mas que se há questões jurídicas que justifiquem a troca, ele considera válido que seja feita. A Sra. Celina Xavier de Mendonça contextualizou o quadro no qual está inserido a proposta de modificação da Resolução remetendo ao fato de que a resolução de criação se refere às competências da CTGRHT do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, com atuação restrita ao território nacional. Finalizou dizendo que o que está em questão não é o conceito da gestão por bacia, mas da limitação de atuação legal. O Sr. Hugo Suarez ressaltou a especificidade da questão, afirmando que, quando nos referimos à gestão integrada, não há forma de se limitar ao território nacional, caso contrário não haveria razão de ser da questão fronteira/transfronteira e o assunto cairia na vala comum de qualquer comitê nacional. Acrescentou, ainda, que seria necessário repensar os considerandos e expôs sua discordância com o considerando que afirma que o conceito transfronteiro se refere ao rio e não à bacia. Foram consideradas outras sugestões em torno de modificações na Resolução, como cambiar o termo integrada por coordenada. Devido ao grande número de inscrições e da falta de consenso em torno da necessidade de realizar a mudança e de como essa mudança deveria ser realizada, a presidente interina enfatizou que seria necessário se debruçar mais sobre o assunto e se propôs a trazer para a próxima reunião uma nova versão da minuta, que conseguisse esclarecer os pontos de dúvida levantados e que traga considerandos que consigam contextualizar melhor a contribuição trazida pela resolução. Com a concordância de todos com esse encaminhamento, passou-se ao **Item 7 – Apresentação e Discussão do Relatório Final de Atividades do GT para a gestão integrada e desenvolvimento sustentável da bacia do rio Apa e desdobramentos**. O Sr. Paulo César Gomes da

Silva, contextualizou brevemente os trabalhos realizados pelo GT do Apa e solicitou a prorrogação dos trabalhos, tendo em vista a necessidade de dar prosseguimento às atividades. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Mauri César Barbosa Pereira para que apresentasse o Plano de Trabalho elaborado pelo GT do Apa para a prorrogação solicitada. O Sr. Mauri César Barbosa Pereira primeiramente apresentou a publicação Iniciativas para a Promoção de Gestão Compartilhada e Transfronteiriça da Bacia do Alto Paraguai e após fez um relato mais detalhado das atividades do GT, explicando que as três primeiras reuniões foram destinadas a compreender como as instituições envolvidas atuavam na região do Apa e explicou que a pouca mobilização para as atividades no ano de 2005 foram em decorrência das mudanças trazidas pelas eleições municipais. Avaliando a participação no GT, enfatizou a necessidade de uma atuação maior dos órgãos do governo federal. Foi feita uma leitura das realizações do GT em relação às atividades propostas no ato de sua criação e, para o período de setembro de 2005 a julho de 2005, foi apresentada uma proposta de trabalho, trazida da última reunião do GT (anexo 5). A presidente interina chamou atenção para o fato de que a função do grupo de trabalho da Câmara Técnica seria subsidiá-la no assunto específico para o qual foi criado, lembrando que a função da Câmara também se restringe ao estudo e apresentação de matérias à deliberação do CNRH. Chamou atenção também para o fato de que a planilha induzia a um erro de leitura, pois as atividades que o GT elencou em seu diagnóstico, sobre as ações na bacia, ficaram parecendo ações realizadas pelo próprio GT. As sugestões foram observadas, mas o Sr. Mauri César Barbosa Pereira achou melhor dar a continuidade à apresentação para que os debates pudessem acontecer ao final da exposição. Enfatizou que as atividades que foram diagnosticadas pelo GT conseguiriam ter melhores resultados se fossem realizadas de forma integrada, no âmbito do GT, de tal forma que cada uma das entidades somasse aos seus esforços os esforços realizados pelas outras instituições. Enfatizou que as ações contidas no Plano são factíveis, já estão em andamento com os recursos que já estão na região e que constituem iniciativas que, futuramente, poderão contribuir para o Plano de Bacia. Ressaltou também que, como atividade nova, que ainda necessitariam de iniciativa para sua realização, constam nesse Plano um curso para gestão de bacias hidrográficas, a regularização das APAs da região e a organização de um seminário com a função de discutir o Acordo da Bacia do Apa na região. Enfatizou que algumas das ações podem parecer estranhas a um grupo de trabalho, que, no geral, possui uma competência mais específica, como preparar uma proposta de moção ou de resolução a ser apreciada pela Câmara, mas defendeu que a especificidade do tema justificaria esse trabalho diferenciado. Afirmou que como há um Acordo sendo negociado para a região, uma função importante desse GT seria manter a região mobilizada, por meio de atividades concretas, o que justificaria as atividades listadas nesse Plano de Trabalho. Acrescentou que a estratégia que norteou o Plano de Trabalho foi buscar coordenar ações e atividades que mantivessem a “chama viva”, que conseguissem mobilizar as entidades que têm atuação na bacia e, que, o GT seria, nesse momento a única instância que poderia estar reunindo essas iniciativas e entidades nesse esforço de mobilização. Concluiu afirmando que o risco de não dar continuidade a esse trabalho seria, futuramente, ter que realizar um investimento muito maior para começar esse trabalho de mobilização novamente. Realizada a apresentação, a presidente abriu inscrição para os debates. A relatora, também participante desse GT, solicitou um esclarecimento e uma diferenciação na proposta entre as atividades específicas do GT e as atividades que estão sendo/ou que serão realizadas por instituições integrantes dele. Acrescentou que o Plano de Trabalho acabou sendo configurado com um painel das atividades da região e que deveria estar mais claro quais as atividades que seriam realmente promovidas pelo GT e, nas atividades em que ele for colaborador, qual seria o seu papel. Finalizou enfatizando que não ficou colocado no Plano de Trabalho essa ligação entre o GT e a Câmara Técnica, e dessa com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que é a única instância deliberativa dessas três, a instância a qual deveríamos nos reportar. A presidente também reforçou a necessidade de evidenciar melhor os limites, e considerou que, da forma como está posto, o Plano de Trabalho está mais assemelhado a um Plano de Trabalho de uma agência técnica de um Comitê de Bacia do que a um Plano de Trabalho de um GT, ressaltando que nem o GT poderia ter a pretensão de ser uma Agência de Bacia nem o Conselho teria condições de aceitar politicamente essa proposta como um plano de atividades de um

GT, justificando que não haveria base legal e institucional para isso. Finalizou a sua intervenção sugerindo que se refinasse o elenco das atividades e que fossem mantidas apenas as que fossem compatíveis com as competências de um GT, como as atividades: *Avaliar a implementação de recomendações de projetos e Organização do Seminário Internacional*; quanto à organização do curso, frisou que o GT poderia ter um papel indutivo e colaborador, mas dificilmente poderia realizar esse curso. Enfatizou que concorda com o Sr. Mauri César Barbosa Pereira quanto à importância de se manter o grupo de trabalho, já que a assinatura desse acordo provavelmente não irá demorar muito, e será importante manter essa mobilização num compromisso de execução do acordo. O Sr. Mauri César Barbosa Pereira propôs, então, um encaminhamento no sentido de remodelar esse Plano de Trabalho de forma que ele restrinja seu Plano de Trabalho a três itens: colaborar com a melhoria da capacidade de gestão da bacia, por meio da realização de cursos e da própria continuidade de suas atividades, da elaboração de um roteiro para um Plano de Gestão da Bacia, e da realização do Seminário Internacional, além de continuar fornecendo subsídio à CTGRHT no que diz respeito ao Apa. Solicitou um prazo de 15 dias para o reencaminhamento desse Plano, fazendo sua adequação à luz das discussões realizadas na CTGRHT. Houve consenso em se prorrogar o prazo do GT do Apa até julho de 2006 com o Plano de Trabalho remodelado de acordo com as atribuições definidas por essa reunião. Também ficou acordado que seria reencaminhado o convite para as instituições que não enviaram representantes na primeira fase dos trabalhos, para que pudessem, ainda, se integrar ao grupo. Sendo esgotado o assunto, passou-se ao **Item 8, Assuntos Gerais** no qual foi tratado a definição da data da próxima reunião da CTGRHT. Levando-se em conta a realização da Oficina de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços no mês de Outubro, a próxima reunião da CTGRHT ficou previamente agendada para a o dia 29 de novembro. Nada mais sendo tratado, a presidente agradeceu a presença de todos e a hospitalidade do Itamaraty em receber novamente a reunião da CTGRHT, que foi encerrada às 16h45 e segue assinada pelo presidente e pela relatora.

Ata aprovada no dia 14 de dezembro de 2005, durante a 32ª Reunião da CTGRHT.

Bernardo Paranhos Velloso
Presidente da CTGRHT

Ana Maria Alves
Relatora da CTGRHT